



Brasil criou 137,3 mil postos formais de trabalho em janeiro

Dino aprova plano do Congresso e libera pagamento de emendas

Página 10

Justiça de São Paulo suspende privatização de escolas estaduais

Página 2

Pé-de-meia tem segundo dia de depósito para quem concluiu ensino médio

Os participantes do Pé-de-Meia nascidos entre julho e dezembro que concluíram o ensino médio em 2024 receberam, na quarta-feira (26), até R\$ 1,2 mil do programa Pé-de-Meia. O Ministério da Educação (MEC) depositou R\$ 1 mil pela aprovação no terceiro ano do ensino médio e mais R\$ 200 para quem participou nos dois dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2024.

Para conferir se os valores foram creditados na conta aberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal, o estudante deve acessar o aplicativo Caixa Tem para smartphones no nome do estudante. Os valores já estão disponíveis para saque.

Na terça-feira (25), foi a vez dos estudantes do Pé-de-Meia montante. Já os estudantes que concluíram o primeiro e segundo anos do ensino médio na rede pública de ensino receberão o incentivo de R\$ 1 mil nesta quinta-feira (27), independentemente da data de nascimento, na modalidade poupança e não poderá ser sacado.

A quantia ficará rendendo até que os beneficiários concluam o ensino médio e, desta forma, tenham a autorização para retirar o valor.

A política pública é voltada a jovens matriculados do ensino médio regular e na modalidade EJA da rede pública de educação, que sejam parte de famílias incluídas em famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

O MEC explica que não há necessidade de inscrição dos estudantes do ensino médio público. Todos que atenderem aos critérios do programa são automaticamente incluídos como beneficiários.

Para conferir se é beneficiário do programa, o estudante deve consultar o aplicativo Jornada do Estudante, disponibilizado pelo MEC. O login é feito na conta do aluno no portal único de serviços digitais do governo federal, o Gov.br, com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha cadastrados. A conta pode ser nível bronze de segurança.

O programa prevê o pagamento de até R\$ 9,2 mil por estudante que complete o ciclo de três anos do ensino regular.

Para consultar os valores recebidos na chamada Poupança do Ensino Médio, o calendário de pagamentos de 2024, o estudante também pode usar o app Caixa Tem; o app Benefícios Sociais Caixa. (Agência Brasil)

Vendas do Tesouro Direto têm recorde com R\$ 8,76 bi em investimentos



Foto: José Cruz/ABR

Página 3

Caixa fecha dezembro com saldo de R\$ 832,1 bi em crédito imobiliário

A Caixa encerrou o mês de dezembro de 2024 com saldo de R\$ 832,1 bilhões na carteira de crédito imobiliário. O valor atingido é 13,5% maior do que o patamar de dezembro de 2023, conforme salientado em balanço divulgado na quarta-feira (26), na capital paulista.

A análise de todo o ano de

resultado que representa variação positiva de 0,29%, na comparação com o estoque registrado em dezembro.

No acumulado de 12 meses, de fevereiro de 2024 a janeiro deste ano, o saldo também é positivo em 1.650.785 empregos celetistas. No período, foram 25.743.968 admissões e 24.093.183 desligamentos.

Segundo mostra o Caged, o salário médio das admissões aumentou 4,12% de dezembro do ano passado para janeiro deste ano. O percentual corresponde a um acréscimo de R\$ 89,02 no recebido pelos admitidos, resultando em um salário inicial de R\$ 2.251,33. Página 3

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,78	Compra: 5,83
Venda: 5,78	Venda: 6,01
EURO	
Compra: 6,07	
Venda: 6,07	

Esporte

Moraes reduz diferença para 41s e decide vitória nos Emirados Árabes

Foram 300 quilômetros de muita adrenalina e tensão. Esta quarta-feira (26) foi um dia de duelo intenso entre o brasileiro Lucas Moraes e o catarense Nasser Al-Attiyah durante o Abu Dhabi Desert Challenge, prova que realiza sua 34ª edição e é válida como segunda etapa do Campeonato Mundial de Rally Raid – versão do off-road na qual também se encaixam o Rally Dakar e o Rally dos Sertões.

Apesar da longa distância, percorrida nas dunas dos desertos dos Emirados Árabes Unidos, a chegada viu o Moraes descontar apenas oito segundos da vantagem registrada por Al-Attiyah, que até ontem era de 49 segundos. Agora, faltando apenas os 167km a serem disputados para completar os mais de mil quilômetros da prova, a dupla deve decidir

amanhã quem será o novo campeão dessa corrida, considerada uma das mais difíceis do mundo.

Lucas Moraes, que pilota um Toyota GR DKR Hilux navegado pelo espanhol Armand Monleón, é o único piloto até agora que chegou entre os três melhores em todos os dias da disputa, que se iniciou no último domingo – dia em que o brasileiro foi o vencedor. Nesta quarta-feira, Lucas cruzou a linha de chegada na segunda posição, com Al-Attiyah, que é pentacampeão do Dakar e é considerado o maior especialista do mundo em corridas no deserto, terminando na terceira posição. O catarense tem ao seu lado o navegador francês Edouard Boulanger, a bordo de um Dacia SandRider.

Tudo ou nada - A vitória do dia coube à dupla Erik Goetzal (Polônia) e Oriol Mena (Espanha), que conduziu um Toyota Over-



Foto/TCR

Piloto brasileiro vai para o tudo ou nada no último dia da competição

drive e, após 300km, terminou apenas 2min29s à frente de Moraes e Monleón. Al-Attiyah e Boulanger chegaram 2min37s atrás dos vencedores. Com este resultado, Al-Attiyah e

Boulanger lideram a competição com o tempo de 12h22min30s para os 1.021km percorridos até aqui. Quarenta e um segundos atrás, Moraes e Monleón vão para o tudo

ou nada na especial desta quinta-feira, que encerrará a prova.

“Foi um dia tenso demais no geral, porque sabíamos que tínhamos que terminar na frente do Nasser. Chegamos a atolar em um momento e até conseguimos tirar o carro da duna sofremos um pouco com a perspectiva de nosso resultado não ser bom. Mas a partir daí demos tudo o que podíamos. Tiramos um bom tempo dos ponteiros e passamos na frente do Nasser e do Boulanger, que era o nosso objetivo. Agora, é foco total nos últimos quilômetros desta quinta-feira. Vamos para o tudo ou nada novamente, por que é o único jeito de ganhar essa corrida”, disse o brasileiro. O Abu Dhabi Desert Challenge tem no total 1.186km de trechos cronometrados.

Copa São Paulo Bradesco tem disputas acirradas na abertura da temporada 2025



Foto/ Pedro Bragança

Copa São Paulo Bradesco de Kart

A Copa São Paulo Bradesco de Kart teve no sábado (22) a disputa de sua primeira etapa

da temporada 2025, realizada no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). Pilotos das categorias

Shifter, Fórmula 4, Fórmula 4 Júnior, Mirim, Cadete e Pro 500 se enfrentaram ao longo do dia e protagonizaram disputas emocionantes pelas vitórias em suas categorias.

Pela Cadete, a vitória ficou com Pedro Zanguetin, que viu Leonardo Almeida terminar com a segunda posição, sendo seguido por Lucas Giuseppe. Na Mirim, Rafael Canuto foi o vencedor do final de semana, com Benfo Faria ficando com a segunda posição. O grupo dos três melhores foi completado por Alexandre Gomes.

Na F4 Júnior, Marcella Assumpção garantiu a vitória feminina

na etapa inaugural da temporada 2025. A categoria ainda teve João Pedro ficando com o segundo lugar, e Danilo Garcia em terceiro. Já pela Fórmula 4, Márcio Gazquez foi o ganhador da primeira etapa do campeonato, com Gustavo Kirst em segundo e Gabriel Tesser completando o pódio.

Entre os competidores da Fórmula 4 Sênior, quem saiu com a vitória ao final das baterias foi Rodrigo França. Cesar Gragniano, por sua vez, levou a vitória entre os competidores da Fórmula 4 Sênior +60. Já pela Fórmula 4 Light, Danilo Garcia foi o vencedor da etapa

que abriu a temporada 2025.

Na Pro 500, categoria que fechou a programação da etapa, a vitória da etapa ficou com Eraldo Silva, com Peterson Nakamura ficando na segunda posição, seguido por Otto Rezende. Na Pro 500 Light, a vitória ficou com o kart número 420 da Pastore Racing Club, enquanto Peterson Nakamura levou a melhor na Pro 500 Sênior. Já Otto Rezende triunfou na Pro 500 Sênior +60.

A próxima etapa da Copa São Paulo Bradesco de Kart está marcada para o dia 29 de março, novamente no Kartódromo Granja Viana.

SP realiza Conferência Estadual do Meio Ambiente em 12 de março

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), em parceria com a USP (Universidade de São Paulo), realizará em 12 de março, na capital paulista, a 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente. O tema do encontro será 'Emergência Climática: o Desafio da Transformação Ecológica'.

A conferência vai trabalhar uma lista de propostas prioritárias. Haverá um caderno de propostas da sociedade brasileira, organizadas em cinco eixos temáticos: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres,

Transformação Ecológica, Justiça Climática e Governança e Educação Ambiental.

Etapa municipal

Anterior à fase estadual, o processo já teve início com as Conferências Municipais, que se encerraram em 26 de janeiro de 2025. Durante esse período, as cidades tiveram a oportunidade de construir suas próprias propostas para os cinco eixos e, ainda, puderam eleger delegados que se candidataram para participar da etapa estadual.

Já na etapa estadual serão eleitos até 70 delegados – esco-

lhidos dentre, no mínimo, 70 delegados municipais – que terão a missão de encaminhar 20 propostas prioritárias para o Estado de São Paulo (4 para cada eixo temático) à etapa nacional. Para garantir ampla representatividade, os critérios estabelecidos pelo Governo Federal determinam que:

50% dos delegados devem ser representantes da sociedade civil, dos quais, no mínimo, 1/5 serão de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas;

30% dos delegados serão do setor privado;

20% serão do poder público,

assegurando que, destes, pelo menos metade representem os municípios.

Vale ressaltar que as vagas destinadas a cada segmento são exclusivas e, na escolha dos delegados titulares e suplentes do estado, deverá ser respeitada a cota mínima de 50% de mulheres e 50% de pessoas negras. Essa recomendação foi estendida à seleção dos delegados municipais, incentivando uma participação diversa e representativa.

Os delegados terão a responsabilidade de priorizar propostas que serão sistematizadas para a

discussão na etapa nacional. O processo visa não apenas identificar as melhores alternativas para mitigar e adaptar o país aos efeitos das mudanças climáticas, mas também promover uma transformação ecológica, justiça climática e governança ambiental alinhada aos objetivos globais.

Encerrada essa fase de escolha de propostas e eleição de delegados no Estado, em seguida, os debates avançam para a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, a ser realizada em maio, em Brasília, que promove-

rá uma ampla discussão em torno de uma política nacional de meio ambiente e clima, com foco na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Serviço

5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente

Data: 12 de março

Horário: das 8h às 20h

Local: Auditório do Centro de Difusão Internacional – USP, localizado na Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 310, Bloco B, 1º andar, Cidade Universitária, São Paulo. (Governo de SP)

Justiça de São Paulo suspende privatização de escolas estaduais

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) suspendeu o Decreto 68.597/2024, do governador Tarcísio de Freitas que autorizava licitação para privatizar a gestão de 33 escolas estaduais.

Segundo a Secretaria de Educação do estado, a Procuradoria-Geral do Estado ainda não foi notificada da decisão, tomada na terça-feira (25). “Assim que isso ocorrer, avaliará a adoção das medidas legais cabíveis”, informou a secretaria.

A suspensão foi decidida após pedido do PSOL de São Paulo. Na argumentação, o partido afirma que o decreto viola a Constituição e que a medida afe-

taria o ensino fundamental II e o ensino médio, nos chamados lotes regionais Leste e Oeste.

O governo estadual pretendia conceder à iniciativa privada, por um prazo de 25 anos, as atividades de manutenção predial, alimentação escolar, jardinagem, limpeza e segurança. A parte pedagógica seguiria sob gestão direta do estado.

“O decreto viola diversos dispositivos constitucionais, comprometendo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, além de precarizar direitos de servidores e priorizar interesses privados em detrimento do interesse público”, diz, no despacho, a relatora do processo, Marcia Dalla Déa Barone.



Foto: Gov. SP/Divulgação

“Os alicerces fundamentais da educação brasileira são estabelecidos pela União Federal e, entre eles, não se encontra a pos-

sibilidade de terceirização da gestão do ensino público à iniciativa privada”, acrescenta a relatora na decisão. (Agência Brasil)

Governo anuncia empresas selecionadas para o SXSW 2025, maior evento de inovação do mundo

O Governo de São Paulo levará uma comitiva com 10 empresas para o South by Southwest (SXSW), um dos maiores eventos de inovação do mundo e que acontece entre 7 e 15 de março, em Austin, nos Estados Unidos. O evento também abrigará, pela segunda vez, a SP House, espaço exclusivo do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo e que será um hub de oportunidades de negócios e investimentos internacionais, com uma programação voltada para tecnologia, impacto social, economia criativa, jogos e audiovisual.

As empresas selecionadas

para a missão são: Acelera-ai; Brunch; Creators Platform; Lampada.ag; Let's Gig; Mavo Content; Movieart; Skyfix; Stratostorm; e Submarino Fantástico.

Além de incentivar a troca de conhecimentos, o CreativeSP busca promover novos negócios, atrair investimento estrangeiro e potencializar a geração de emprego e renda na indústria cultural paulista.

“A presença de empresas paulistas no SXSW é uma grande oportunidade, pois o evento é uma grande vitrine global para inovação e criatividade. Será um momento para criar e fortalecer

conexões, além de buscar parcerias internacionais que podem contribuir significativamente para o crescimento dos negócios”, afirma Marília Marton, secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Voltado para setores como tecnologia, inovação, entretenimento, cultura, audiovisual e literatura, o CreativeSP oferece um reembolso máximo de US\$ 3 mil em despesas elegíveis, para custear até 50% dos gastos das empresas com a viagem. Ele ainda promove eventos de networking durante as missões e oferece ações de

consultoria, monitoramento de resultados e acompanhamento pós-evento.

Em 2024, a projeção de negócios gerados pelas missões do CreativeSP bateu recorde ao atingir R\$ 725 milhões, alta de 79% na comparação com o ano anterior. Sem falar na geração de 6,4 mil empregos na indústria cultural. Ao todo, 103 empresas puderam participar de 10 eventos, como os festivais de Cinema e Publicidade de Cannes (França), a Feira do Livro de Frankfurt (Alemanha), o South by Southwest (EUA) e o Berlinale. (Governo de SP)

Idosos têm direito a passagens gratuitas no transporte intermunicipal durante o Carnaval

Idosos com 60 anos ou mais têm direito a passagens gratuitas no transporte intermunicipal rodoviário convencional, conforme a Lei Estadual nº 15.179/2013, regulamentada pelo Decreto nº 60.085/2014. A gratuidade é válida durante o Carnaval e em qualquer outra data, garantidas até duas passagens gratuitas por viagem, limitadas a dois assentos por veículo. Importante notar que o benefício não se aplica aos deslocamentos dentro das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada San-

tista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba.

Para garantir do benefício, o idoso deve apresentar um documento oficial com foto e informar o CPF ao reservar ou retirar a passagem. As reservas devem ser feitas entre 24 horas e cinco dias antes da viagem, contados do horário previsto para a partida do veículo. No dia do embarque, deve-se chegar ao terminal rodoviário pelo menos 30 minutos antes do horário previsto.

As passagens são pessoais e intransferíveis, sendo proibida qualquer intermediação na obten-

ção do benefício.

Caso o solicitante não possa viajar, é necessário cancelar a reserva com pelo menos três horas de antecedência junto à empresa transportadora, permitindo que o assento seja disponibilizado para outro beneficiário.

Transporte semiurbano

Para o transporte intermunicipal semiurbano, a gratuidade é garantida a passageiros com 65 anos ou mais, conforme a Lei Complementar nº 666/1991, Decreto nº 34.753/1992, Lei nº 10.741/2003 e Resolução SIEV nº

113/1992. O embarque é permitido mediante a apresentação de um documento que comprove a idade.

Canais de denúncia

A Agência é responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação, garantindo que a concessão da gratuidade esteja sendo assegurada. Caso o benefício seja negado ou haja irregularidades, denúncias podem ser registradas pelo telefone: 0800 727 83 77 ou pelo e-mail: ouvidoria@artesp.sp.gov.br. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Cristão protestante e vereador Gilberto Jr. (PL) comemora a vitória [pela 1ª vez por votação] do seu pai, o deputado federal (PSD - SP) Gilberto Nascimento. Ele foi eleito como líder da frente parlamentar protestante [de fevereiro 2025 até fevereiro 2027]

PREFEITURA (São Paulo)
O reeleito 2024 prefeito Ricardo Nunes (MDB) segue elogiando um “abre-alas” da equipe do vice-prefeito Mello Araujo (PL), pra que tanto Nunes como o governador Tarcísio (Republicanos) desfilassem tudo o que pode valer nota 10 nas eleições do ano 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Cristão [protestante] e deputado [vice-presidente na mesa diretora] Gilmaçis Santos (Republicanos) elogia o trabalho do colega [licenciado] Rui Alves, titular na Secretaria Turismo [prefeitura paulistana]. Ambos são pastores na igreja Universal do Edir Macedo

GOVERNO (São Paulo)
Em alta nas pesquisas, Tarcísio (Republicanos) seguirá falando a linguagem do Bolsonarismo, pra quem deve votar por sua reeleição 2026 e também a linguagem do Lulismo, pra se tornar ‘um dos pais’ das obras da ligação submarina entre Santos - Guarujá

CONGRESSO
Ganhador da eleição pra liderar a Frente Parlamentar cristã [maioria protestante], o deputado Gilberto Nascimento (PSD - SP) nem precisava da deputada federal (Avante - MG) Greyce Elias, pra derrotar o agora revoltado [contra o ex-presidente Bolsonaro] ...

(Brasil)
... deputado Otoni de Paula (MDB - RJ). Otoni quis fazer média com o Lulismo, fato que jogou os votos no colo do Nascimento, que chegou aonde está através do apoio ao cristão católico Temer e depois ao Bolsonarismo [hoje meio católico e meio protestante]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
De nada adiantou a 1ª dama ‘Janja’ promover ‘embargos auriculares’ pela manutenção da amiga Nísia [no ministério Saúde]. Pragmaticamente, o maridão acabou rifando mais uma mulher e nomeou mais um homem : médico e deputado federal (PT- SP) Padilha

PARTIDOS (Brasil)
O Kassabismo [ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab] segue avançando. O PSD [por Kassab refundado e do qual é o dono] ganhou mais uma filiação. A governadora de Pernambuco, Raquel Lira, que em 2022 foi eleita pelo que tinha restado do PSDB [do Doria]

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Naquela mesma hora, se alegrou Jesus no Espírito Santo e disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste essas coisas aos sábios e inteligentes e as revelaste às criancinhas; assim é, ó Pai, porque assim te aprouve” **Lucas 10:21**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Metrô de SP realiza o primeiro leilão de materiais inservíveis e sucatas em 2025

Os interessados em participar do primeiro leilão de materiais inservíveis do Metrô realizado no ano já podem ofertar lances até o dia 12 de março pelo site nossoleilao.com.br.

O certame disponibiliza 99 lotes de materiais, entre os quais se destacam sucatas de

cobre, de alumínio e de aço inoxidável, cabos de fibra óptica, além de barras de trilho de aço, discos de freio, rodas de metrocarro, dormentes de madeira e empilhadeira.

Os inservíveis do Metrô sempre despertam grande interesse do setor, com boas oportu-

nidades de negócios para as empresas do ramo de reciclagem e sucatas.

Vale lembrar que todos os bens são leiloados no estado de conservação no qual se encontram.

Os leilões de inservíveis do Metrô, além de arrecadar recei-

ta não-tarifária para a Companhia, também colaboram com a preservação do meio ambiente.

Os lotes poderão ser visitados nos dias 6, 7, 10 e 11 de março, das 9h às 11h e 13h30 às 16h, nos pátios Itaquera, Jabquara e Oratório. (Governo de SP)

Brasil criou 137,3 mil postos formais de trabalho em janeiro

O Brasil aumentou em 137.303 o número de empregos formais no mês de janeiro, situação em que o posto de trabalho garante ao trabalhador direitos e deveres previstos na legislação trabalhista regidas pela CLT.

O saldo de empregos celetistas decorre de 2.271.611 admissões e de 2.134.308 desligamentos, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado na quarta-feira (26) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

De acordo com o ministério, o total de celetistas ativos no país (estoque) em janeiro era de 47.341.293 vínculos, resultado que representa variação positiva de 0,29%, na comparação com o estoque registrado em dezembro.

No acumulado de 12 meses, de fevereiro de 2024 a janeiro deste ano, o saldo também é positivo em 1.650.785 empregos celetistas. No período, foram

25.743.968 admissões e 24.093.183 desligamentos.

Salário

Segundo mostra o Caged, o salário médio das admissões aumentou 4,12% de dezembro do ano passado para janeiro deste ano. O percentual corresponde a um acréscimo de R\$ 89,02 no recebido pelos admitidos, resultando em um salário inicial de R\$ 2.251,33.

Ao anunciar os números, o ministro Luiz Marinho fez críticas a manifestações creditadas a “um tal mercado que não apresenta CPF”, de que a geração de novos empregos seria algo negativo para o país.

“Vejo com estranhamento esse tal de mercado dizer que saldo positivo de emprego é um mal. Eu não consigo entender que isso seja um problema que resulte em aumento de juros”, criticou.

Segundo Marinho, juros é um problema que cabe ao Banco Central monitorar, “dialogando com os entes produtivos, para se

prepararem para uma economia crescente, programando mais produção, de forma a controlar a inflação”.

Atividades econômicas

De acordo com os dados do Caged, quatro dos cinco grandes grupos de atividades apresentaram saldo positivo de empregos celetistas em janeiro. O segmento que gerou maior número de vagas foi o de Indústria Geral.

Indústria Geral, saldo de 70.428 novos postos de trabalho

Serviços, com saldo positivo de 45.165 postos

Construção, com saldo de 38.373 postos

Agropecuária, com 35.754 postos

O único segmento que registrou saldo negativo foi o de Comércio, com 52.417 postos a menos.

Mais críticas

Luiz Marinho aproveitou o resultado para, novamente, falar da “incapacidade do mercado” em fazer projeções que corres-

pondam à realidade brasileira.

“Foi assim em 2023, quando projetaram que o crescimento do PIB seria, no máximo de 0,7%, quando cresceu 3,2%. Em 2024, projetaram que, no máximo, crescerá 1%. Crescemos 3,8%”, disse.

“Agora estão, de novo, tentando projetar para baixo a realidade da economia brasileira. Não sei qual é a desse tal mercado que nem CPF apresenta, para a gente poder conversar e ensiná-los a projetar corretamente, entendendo que o mundo da economia não se faz somente pela microeconomia. Tem também a microeconomia, que reage com as políticas públicas de aumento real do salário-mínimo”, afirmou.

Regiões

Das cinco regiões, quatro apresentaram saldo positivo no número de empregos formais em janeiro.

No Sul, foram 65.712 novos postos de trabalho, o que corresponde a um aumento de 0,76%

de dezembro de 2024 para janeiro deste ano.

Na Região Centro-Oeste, foram 44.363 novos postos, uma alta de 1,06% na comparação com o mês anterior.

O Sudeste gerou 27.756 novos postos (0,12%); e o Norte, 1.932 postos (0,08 %).

Já o Nordeste reduziu em 2.671 o número de empregos celetistas, queda de 0,03%.

Das 27 unidades federativas, 17 registraram saldos positivos. São Paulo foi o estado que apresentou maior saldo, com 36.125 novos postos, o que corresponde a um aumento de 0,25% em janeiro, na comparação com o mês anterior.

Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com saldo positivo de 26.732 postos (0,94%), seguido de Santa Catarina, com saldo de 23.062 postos (0,90%).

Unidades federativas

Os estados com menor saldo foram Rio de Janeiro, com uma redução de 12.960 postos cele-

tistas (0,33%), seguido de Pernambuco, que reduziu em 5.230 postos (0,34%); e Pará, com 2.203 postos a menos (0,22%).

Segundo o Caged, em termos relativos, os estados com maior variação positiva em relação ao estoque do mês anterior foram Mato Grosso, com um aumento de 2,07% no número de postos celetistas, com saldo positivo de 19.507 novos postos.

O Rio Grande do Sul aumentou em 0,94% o número de empregos celetistas, o que corresponde a 26.732 novos postos (0,94%). Santa Catarina aumentou em 0,9% o total de empregos formais, resultado que equivale a saldo positivo de 23.062 postos.

Já as unidades federativas que apresentaram as menores variações de estoque em janeiro foram o Acre, com uma redução de 645 postos, seguido de Pernambuco, com menos 5.230 postos, e o Rio de Janeiro, com menos 12.960 postos. (Agência Brasil)

Vendas do Tesouro Direto têm recorde com R\$ 8,76 bi em investimentos

As vendas de títulos do Tesouro Direto somaram R\$ 8,763 bilhões em janeiro deste ano, o maior valor da série histórica do programa, de acordo com o Tesouro Nacional. Já os resgates totalizaram R\$ 7,181 bilhões, sendo R\$ 3,113 bilhões relativos às recompras (resgates antecipados) e R\$ 4,067 bilhões aos vencimentos, quando o prazo do título acaba, e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Assim, as emissões líquidas de títulos atingiram R\$ 1,583 bilhão no mês passado. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os vinculados à Taxa Selic – a taxa básica de juros da economia – que corresponderam a 44,1%. Já os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) tiveram participação de 30,1% nas vendas, enquanto os prefixados – com juros definidos no momento da emissão – representaram 25,9%.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Selic, utilizada pelo Banco Central para conter a inflação. A taxa está em 13,25% ao ano e, com a expectativa de novas altas, os papéis

continuam atrativos. Os títulos corrigidos pela inflação também têm atraído os investidores em razão da expectativa de alta do IPCA nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 159,9 bilhões no fim de janeiro, com aumento de 1,9%, na comparação com o mês anterior (R\$ 156,9 bilhões), e de 22,9% em relação a janeiro do ano passado (R\$ 130,1 bilhões).

Investidores

Quanto ao número de investidores, 449.329 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu

31.493.170, alta de 15% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos – com operações em aberto – chegou a 3.010.879, aumento de 19,2% em 12 meses. No mês, houve redução de 3.042 investidores ativos.

A procura do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, que corresponderam a 78,1% do total de 989.581 operações ocorridas em janeiro. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 56%. O valor médio por operação foi de R\$ 8.855,67.

Os investidores têm preferência por papéis de curto prazo. As ven-

das de títulos com prazo de até cinco anos representaram 73,3%. Já aquelas com prazo de cinco a dez anos são 4,8% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo chegaram a 21,8% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Nacional na internet.

Fonte de recursos

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas adquirissem títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de

agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa semestral para a B3, a bolsa de valores brasileira, que tem a custódia dos títulos.

Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, os índices de inflação, o câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agência Brasil)

Rui Costa descarta “medida excepcional” para impulsionar economia

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na quarta-feira (26) que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai editar qualquer “medida excepcional” para impulsionar a atividade econômica do país.

“Não haverá medida excepcional para impulsionar o crescimento da economia. A economia vai crescer pelo que está contratado. Quem está fazendo investimento em ferrovia não vai parar, porque está contratado no longo prazo. Quem investiu em um porto ou um aeroporto, quem ganhou uma concessão, tem um contrato a cumprir, portanto, esses investimentos não vão parar. Não haverá nenhuma medida excepcional para reaquecer a economia.”

Questionado se a proposta de criação do crédito consignado voltado para trabalhadores do

mercado privado não seria uma medida do governo para acelerar a economia, o ministro afirmou que a medida é estrutural e para o longo prazo, não é para turbinar a economia ou melhorar a popularidade do atual governo.

“Para adotar, por exemplo, a medida do consignado, Lula se reuniu com os principais bancos, em Brasília, para ouvir a opinião deles. Essa medida traz segurança jurídica ao banco, melhora as garantias, melhora a performance do empréstimo e é muito melhor para o sistema financeiro, porque vai aumentar o volume. Portanto, é uma medida estrutural, não pontual.”

Segundo o ministro, a medida é positiva para a economia brasileira a longo prazo, possibilitando que a pessoa “troque uma dívida cara por uma dívi-

da mais barata”.

Em entrevista na quarta-feira, no CEO Conference Brasil 2025, evento organizado pelo banco BTG Pactual, o ministro destacou que o governo não vai deixar de lado o compromisso com a responsabilidade fiscal.

“Logo ali, a gente vai ver, o mais breve possível, a economia se ajustando, o dólar recuando, como já está. E eu diria que a segurança e a confiabilidade no governo, aumentando. Não tenha dúvida da absoluta responsabilidade fiscal do governo do presidente Lula.”

Popularidade

Para o ministro, a queda na popularidade do presidente Lula, que vem sendo verificada nas últimas pesquisas divulgadas, pode ter sido provocada por uma falta de melhor comunicação do

governo e também por notícias falsas que vem sendo divulgadas pelas redes sociais.

“Acho importante afirmar que quem governa - e governa com serenidade, sabendo onde quer chegar - nem a pessoa dá pulos de euforia quando você está bem nas pesquisas e nem vai para debaixo da cama e fica com depressão quando está embaixo. Você tem que identificar, analisar e atuar para reverter uma eventual análise.”

Segundo Rui Costa, o governo pretende agora melhorar sua comunicação com a população.

“Estamos melhorando a comunicação porque alguém disse, em uma reunião, que há um deserto de percepção da população em relação ao governo, ou seja, comunicamos mal o que fizemos. E segundo, precisamos ajustar a comunicação para que

as fakes news, que são a versão falsa, não cheguem antes da notícia verdadeira porque, quando isso ocorre, você vai perder sempre”, disse.

Para ele, essa melhoria na comunicação, aliada à expectativa de se obter uma grande safra neste ano podem não só provocar queda no preço dos alimentos como também melhorar a percepção da população em relação ao governo.

“Nós estamos confiantes que com a entrada da supersafra e a melhoria da comunicação, nós vamos reverter essa tendência até o meio do ano”, disse.

Durante a entrevista, o ministro negou ainda que haja uma divisão no atual governo entre ele e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“Essa é uma luta que se trava entre o fake e a verdade. Eu sou e

sempre fui uma pessoa de equipe, de grupo político. Não existe governo forte com o ministro da Fazenda fraco. E não existe governo que seja forte com o ministro da Casa Civil fraco. O governo só é forte quando os ministros se entendem”.

Marco legal

Durante o evento, o ministro também comentou que o governo espera que o Congresso aprove, ainda neste ano, o marco legal sobre o saneamento ambiental. “Estamos discutindo com os senadores e esperamos que esse ano a gente consiga finalizar, no Congresso, a votação desse arranjo inicial para termos um marco legal mais ágil, mais rápido e que não significará abrir mão da preservação ambiental”. (Agência Brasil)

Dívida Pública cai 0,87% em janeiro e fica abaixo de R\$ 7,3 tri

O alto volume de vencimentos de títulos prefixados e de papéis emitidos no exterior fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em janeiro. Segundo números divulgados na quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 7,316 trilhões em dezembro para R\$ 7,253 trilhões no mês passado, com queda de 0,87%.

Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 7 trilhões. Mesmo com a alta em janeiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária

(em títulos) interna (DPMFi) caiu 0,23%, passando de R\$ 6,967 trilhões em dezembro para R\$ 6,176 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 79,97 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente). O recuo foi parcialmente compensado pela apropriação de R\$ 63,97 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamen-

to do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 145,39 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais alto desde maio do ano passado. No entanto, com o alto volume de vencimentos em janeiro, os resgates somaram R\$ 255,28 bilhões, o volume mais alto desde agosto do ano passado.

No mercado externo, a queda do dólar e o vencimento de títulos no exterior reduziram o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 13,57%, passando de R\$ 349,19 bilhões em dezembro para R\$ 301,81 bilhões em janeiro. O principal fator foi o vencimento de cerca de US\$ 5 bilhões (R\$ 29,92 bilhões) no fim de janeiro e

o recuo de 5,85% da moeda norte-americana no mês passado.

Depois de subir por três meses seguidos, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. A reserva passou de R\$ 860 bilhões em dezembro para R\$ 744 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o forte resgate líquido líquida (regate menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,72 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,221 trilhão em títulos federais. O resgate de títulos prefixados (com rendimento definido no

momento da emissão) mudou a composição da DPF. A proporção desses papéis caiu de 21,99% em dezembro para 20,15% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 19% e 23%.

Normalmente, os papéis prefixados indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu fortemente de 46,29% em dezembro para 47,98% em janeiro. O PAF

prevê que o indicador feche 2025 entre 48% e 52%. Esse tipo de papel está atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas da taxa Selic (juros básicos da economia).

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF também subiu, passando de 26,96% para 27,72%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarem o ano entre 24% e 28%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,76% para 4,15%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2025, entre 3% e 7%. (Agência Brasil)



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BANCO BRADESCARD S.A., RELATIVAS AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

endereços eletrônicos:
a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiassp.com.br>; e
b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023
Ativo		
Disponibilidades	3.726	3.301
Instrumentos Financeiros	10.748.809	10.881.816
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	463.289	733.134
- Títulos e Valores Mobiliários.....	471.103	14
- Operações de Crédito.....	3.927.961	3.916.204
- Outros Instrumentos Financeiros.....	5.886.456	6.232.464
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.612.502)	(2.133.012)
- Operações de Crédito.....	(1.444.516)	(1.936.664)
- Outros Créditos.....	(167.986)	(196.348)
Créditos Tributários	2.020.731	2.002.708
Investimentos em Coligadas	115.397	102.366
Imobilizado de Uso	11.233	11.266
Intangível	3.610.981	3.429.023
Depreciações e Amortizações	(2.036.233)	(1.540.327)
- Imobilizado de Uso.....	(9.560)	(9.020)
- Intangível.....	(2.026.673)	(1.531.307)
Outros Ativos	2.226.744	2.040.379
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(18.104)	(18.104)
Total do Ativo	15.070.782	14.779.416

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

	2024	2023
Passivo		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11.460.953	10.384.331
- Recursos de Instituições Financeiras.....	6.826.789	7.085.731
- Outros Passivos Financeiros.....	4.634.164	3.298.600
Provisões	1.718.748	1.663.693
- Outras Provisões.....	1.718.748	1.663.693
Impostos Diferidos	406.321	370.514
Outros Passivos	996.094	2.167.070
Total do Passivo	14.582.116	14.585.608
Patrimônio Líquido		
- Capital Social.....	280.000	280.000
- Aumento de Capital a Integralizar.....	440.000	-
- Reservas de Lucros.....	-	41.190
- Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(129)	36
- Prejuízo Acumulado.....	(231.205)	(127.418)
Total do Patrimônio Líquido	488.666	193.808
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.070.782	14.779.416

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira	753.031	1.581.328	2.074.873
Operações de Crédito.....	723.684	1.512.355	2.091.018
Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	28.247	66.878	63.481
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	436	436	-
Resultado de Operações de Câmbio.....	41	343	(179)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....	623	1.317	(79.447)
Despesas de Intermediação Financeira	(377.708)	(762.288)	(868.239)
Operações de Captações no Mercado.....	(377.708)	(762.288)	(868.239)
Resultado da Intermediação Financeira	375.323	819.041	1.206.634
(Despesa)/Reversão de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	(732.918)	(1.454.893)	(1.979.808)
- Operações de Crédito.....	(748.029)	(1.702.627)	(2.095.688)
- Outros Créditos.....	15.111	247.734	115.880
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(357.595)	(635.852)	(773.174)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	120.332	355.858	338.117
Receitas de Prestação de Serviços.....	748.910	1.510.043	1.531.454
Despesas de Pessoal.....	(10.011)	(20.250)	(19.774)
Outras Despesas Administrativas.....	(365.706)	(698.448)	(752.088)
Despesas Tributárias.....	(65.842)	(138.188)	(170.526)
Resultado de Participações em Coligadas.....	6.504	13.812	14.814
Outras Receitas Operacionais.....	139.005	375.927	442.261
Outras Despesas Operacionais.....	(308.814)	(641.911)	(642.997)
Despesas de Provisões.....	(23.714)	(44.517)	(65.027)
- Trabalhistas.....	(920)	(1.452)	(1.876)
- Cíveis.....	(21.149)	(41.318)	(60.425)
- Outras.....	(1.645)	(1.747)	(2.726)
Resultado Operacional	(237.263)	(280.014)	(435.057)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(237.263)	(280.014)	(435.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	110.982	135.037	199.961
Prejuízo Líquido	(126.281)	(144.977)	(235.096)
Prejuízo por lote de mil ações	(20,20)	(23,19)	(37,61)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Prejuízo do Período	(126.281)	(144.977)	(235.096)
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	(176)	(165)	140
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(176)	(165)	140
- Próprios.....	(140)	(140)	1
- De Coligadas e Controladas.....	(36)	(25)	139
Resultado Abrangente do Período	(126.457)	(145.142)	(234.956)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acumulados		Totais
	2024	2023	Legal	Estatutárias	2024	2023	2024	2023	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	265.000	-	56.190	107.678	(104)	-	-	-	428.764
Aumento de Capital com Reservas.....	15.000	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	140	-	-	140	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	-	(235.096)	(235.096)	-
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	(107.678)	-	-	107.678	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.000	-	41.190	36	(127.418)	-	-	-	193.808
Aumento de Capital a Integralizar.....	-	440.000	-	-	-	-	-	-	440.000
Ajustes Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(165)	-	-	(165)	-
Lucro Líquido/(Prejuízo).....	-	-	-	-	-	-	(144.977)	(144.977)	-
Destinações: - Reservas.....	-	-	(41.190)	-	-	-	41.190	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	280.000	440.000	-	-	(129)	-	(231.205)	-	488.666
Saldos em 30 de junho de 2024	280.000	-	-	-	47	-	(104.924)	-	175.123
Aumento de Capital a Integralizar.....	-	440.000	-	-	-	-	-	-	440.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(176)	-	-	-	(176)
Lucro Líquido/(Prejuízo).....	-	-	-	-	-	-	(126.281)	-	(126.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	280.000	440.000	-	-	(129)	-	(231.205)	-	488.666

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	(374.536)	(371.797)	418.006
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(415.067)	(337.965)	(100.227)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento.....	440.000	440.000	(99.343)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(349.603)	(269.762)	218.436
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	816.578	736.435	518.178
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	41	343	(179)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	467.016	467.016	736.435
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(349.603)	(269.762)	218.436

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, e parte a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização Bradesco. Nas demonstrações financeiras do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

5) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco																	
	AA		A		B		C		D		E		F		G		H	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e títulos descontados.....	7.360	1.838.236	183.214	190.934	214.704	177.713	200.018	145.285	970.497	3.927.961	3.916.204							
Outros créditos (1).....	29.817	5.443.625	148.586	103.430	36.943	13.116	7.093	5.635	93.213	5.881.460	6.225.060							
Total geral em 31 de dezembro de 2024	37.177	7.281.861	331.800	294.364	251.647	190.829	207.111	150.920	1.063.710	9.809.421	10.141.264							
Total geral em 31 de dezembro de 2023	25.997	7.001.379	328.641	334.439	303.010	253.094	211.510	185.137	1.498.057	10.141.264								

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
- Provisão específica (1).....	1.563.314	984.554
- Provisão genérica (2).....	324.650	311.925
- Provisão complementar (3).....	245.048	391.002
Saldo inicial do exercício	2.133.012	1.687.481
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	1.454.893	1.979.808
Baixas para prejuízo.....	(1.975.403)	(1.534.277)
Saldo final do exercício	1.612.502	2.133.012
- Provisão específica (1).....	1.096.072	1.563.314
- Provisão genérica (2).....	307.809	324.650
- Provisão complementar (3).....	208.620	245.048

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Outros créditos - Cartões de crédito.....	5.881.460	6.225.060
Relações interfinanceiras de liquidez.....	519	1.816
Títulos e créditos a receber.....	4.477	5.588
Total	5.886.456	6.232.464

7) IMOBILIZADO DE USO

	Custo líquido de depreciação			
	Taxa		Custo	
	2024	2023	2024	2023
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	297	(2)	295
Sistema de processamento de dados.....	20%	10.936	(9.558)	1.378
Total em 31 de dezembro de 2024	11.233	(9.560)	1.672	1.672
Total em 31 de dezembro de 2023	11.266	(9.020)	2.246	2.246



continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO - 4ª DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

e) Lucro por ação
 O lucro/(prejuízo) por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações. O valor apurado do exercício de 2023 foi de R\$ (37,61) e, em 2022, R\$ 37,81.

f) Lucro por ação diluído
 O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro
	2024	2024	2023
Rendas com cartões de crédito (1).....	408.682	840.289	857.079
Comissões.....	250.742	485.593	471.553
Rendas de antecipação de obrigações.....	89.486	184.161	202.822
Total.....	748.910	1.510.043	1.531.454

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro
	2024	2024	2023
Serviços de terceiros.....	135.344	264.090	283.913
Depreciações e amortizações.....	140.288	250.536	225.068
Processamentos de dados.....	38.986	91.278	143.005
Comunicações.....	34.464	64.998	71.676
Propaganda, promoções e publicidade.....	11.019	16.121	8.478
Serviços do sistema financeiro.....	2.068	4.309	6.790
Manutenção e conservação de bens.....	2.458	5.587	5.906
Transporte.....	978	268	5.082
Outras.....	101	1.461	2.170
Total.....	365.706	698.448	752.088

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

No exercício de 2024 nosso resultado contábil foi de R\$ (144.977) mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ (144.977) mil, não havendo resultado não recorrente.

No exercício de 2023 nosso resultado contábil foi de R\$ (235.096) mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ (235.096) mil, não havendo resultado não recorrente.

b) Plano de previdência complementar

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos Fundos FIES.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário. As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2024 totalizaram R\$ 1.125 mil (2023 - R\$ 1.361 mil).

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025
 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(i) Classificação e mensuração - Ativos Financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trazem um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflete como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPI, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- Custo amortizado: Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros

resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de impairment, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a facilidade prevista nos artigos nº 6 das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23); e

- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para perda

Em relação à provisão para perdas de crédito as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

- Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:
 - I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;
 - IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
 - V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:
 - a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
 - b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(iv) Contabilidade de hedge

Em relação à contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade de Hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A adoção dos critérios contábeis estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trouxeram impactos no âmbito da provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 253 mil, registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025, conforme artigo nº 70 da Resolução CMN nº 4.966/21.

A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado e nos ativos e passivos fiscais diferidos serão imateriais para o exercício de 2025.

d) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Edmar Carlos da Silva
 Contador - CRC 1SP2106899/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

XF&T PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ/MF nº 58.494.557/0001-06 - NIRE 35265745381

2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE POR AÇÕES

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: **I) Heron Gerard Ferreira**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.814.170-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 149.130.448-00, residente e domiciliado na Rua Tonelero, nº 1.503, apto. 184, Vila Ipojuca, São Paulo/SP, CEP 05056-001; e **II) Alexandre Mariano da Silva**, brasileiro, casado (sob o regime da comunhão parcial de bens), economista, portador da cédula de identidade RG nº 17.474.914-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 108.223.088-00, residente e domiciliado na Rua Babilônia, nº 530, Jardim Passarágida I, Cotia/SP, CEP 06712-205. Únicos sócios da Sociedade empresária limitada "XF&T Participações Ltda.", estabelecida na Rua Cerro Corá, nº 585, conjuntos 302 e 303, Sala A, Torre 2, Alto de Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05061-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.494.557/0001-06, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35265745381. RESOLVEM alterar e consolidar o presente Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições: **I - Da Transformação do Tipo Societário**. Por este ato, os sócios aprovam a transformação do tipo societário desta Sociedade, passando da Sociedade limitada para Sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), e dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), sem solução de continuidade dos negócios sociais, passando os atuais sócios à condição de acionistas. Ato contínuo, altera-se a forma de representação do capital social, o qual permanecerá no valor de **R\$ 022.683,00** (sete milhões, vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais), totalmente subscrito e integralizado mediante o aporte de bens móveis (ações / quotas sociais), além de moeda nacional corrente, porém dividido em **7.022.683** (sete milhões, vinte e duas mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os acionistas na mesma proporção que detinham anteriormente, a saber: **I) Heron Gerard Ferreira** é titular de 2.588.036 (dois milhões, quinhentas e oitenta e oito mil e trinta e seis) ações; e **II) Alexandre Mariano da Silva** é titular de 4.434.647 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentas e quarenta e sete) ações, conforme descrito no Boletim de Subscrição anexo ao presente instrumento ("Anexo"). **II - Da Alteração da Denominação Social**. Em decorrência da transformação do tipo societário aprovada no item anterior, delibera-se também pela alteração da denominação social, que passará de **XF&T Participações Ltda.** para **XF&T Participações S/A**. **III - Do Novo Estatuto Social**. Ainda em decorrência da transformação promovida, fica aprovado o Estatuto Social, que integra este instrumento como anexo ("Anexo II"), o qual, juntamente com a Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis, passa a reger a Sociedade a partir desta data. **IV - Da Nomeação da Diretoria**. Por fim, foram eleitos os membros a serem indicados para compor a Diretoria, todos com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição, nos termos do inciso III do artigo 143 da Lei nº 6.404/1976, os quais deverão permanecer no cargo até a posse do respectivo sucessor: **(i) Heron Gerard Ferreira**, qualificado no preâmbulo acima; e **(ii) Alexandre Mariano da Silva**, também qualificado no preâmbulo acima. Os Diretores acima nomeados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os Diretores ora eleitos tomam posse por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse I e II, que fazem parte do presente Instrumento ("Anexo III") e serão lavrados no Livro próprio (artigo 149 da Lei nº 6.404/1976). **V - Do Conselho Fiscal**. Por fim, foi deliberada a não instalação do Conselho Fiscal no presente exercício. Diante de todo o exposto, fica constituída a referida sociedade anônima de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais aplicáveis, bem como pelas cláusulas e condições dispostas no Estatuto Social. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em formato eletrônico, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 (e demais diplomas correlatos). Assim, ainda em conformidade dos signatários venha a assinar, eletrônica ou digitalmente, este instrumento em local diverso, o local deste documento é, para todos os fins e efeitos, a cidade de São Paulo/SP, bem como será considerada como a data de assinatura deste instrumento, para todos os fins e efeitos, a data de 26 de dezembro de 2024, ainda que a assinatura, digital ou eletrônica, de qualquer dos signatários seja realizada em data posterior. São Paulo/SP, 26 de dezembro de 2024. Sócios: **Heron Gerard Ferreira** e **Alexandre Mariano da Silva**. Advogado Responsável: **Luis Piccinin Júnior** - OAB/SP nº 246.743. JUCESP nº 2.086/25-6 e NIRE 3530065512-5 em 08/01/2025. Alôzio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Anexo I - XF&T Participações S/A, CNPJ/MF nº 58.494.557/0001-06. Boletim de Subscrição. Boletim de Subscrição das ações do capital social da XF&T Participações S/A, sociedade por ações de capital fechado, estabelecida na Rua Cerro Corá, nº 585, conjuntos 302 e 303, Sala A, Torre 2, Alto de Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05061-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.494.557/0001-06 ("Companhia"), relativo à transformação de tipo societário da Companhia aprovada pela 2ª Alteração do Contrato Social e Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações de Capital Fechado datada de 26/12/2024. **Acionistas Subscritores:** Heron Gerard Ferreira, nº de ações ordinárias: 2.588.036. Valor subscrito: R\$2.588.036,00. Valor integralizado: R\$2.588.036,00. **Valor a integralizar:** R\$0,00; Alexandre Mariano da Silva, nº de ações ordinárias: 4.434.647. Valor subscrito: R\$4.434.647,00. **Valor integralizado:** R\$4.434.647,00. **Valor a integralizar:** R\$0,00. **Total do nº de ações ordinárias:** 7.022.683. **Total do valor subscrito:** R\$7.022.683,00. **Total do valor integralizado:** R\$7.022.683,00. **Total do valor a integralizar:** R\$0,00. **Acionistas:** Heron Gerard Ferreira e Alexandre Mariano da Silva.

Anexo II - Estatuto Social da XF&T Participações S/A. Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo e Objeto. Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **XF&T Participações S/A**, e rege-se pelas disposições previstas no presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada a qualquer tempo ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cerro Corá, nº 585, conjuntos 302 e 303, Sala A, Torre 2, Alto de Pinheiros, CEP 05061-150. **Parágrafo Único** - Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, encerrar ou alterar o endereço de filiais, agências, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia terá prazo de duração indeterminada. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades (na qualidade de sócia, acionista etc.), bem como a aquisição e/ou cessão onerosa de investimentos próprios (quotas sociais, ações, etc.), podendo ainda exercer atividades de administração e/ou de negociação de participações societárias, dentre outras atividades correlatas. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de **R\$ 022.683,00** (sete milhões, vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais) totalmente subscrito e integralizado (mediante o aporte de bens móveis (ações / quotas sociais), além de moeda nacional corrente), representado por **7.022.683** (sete milhões, vinte e duas mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Terceiro** - Os acionistas terão direito de preferência para participar do aumento do capital social da Companhia, na proporção das ações de que sejam titulares, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais. Artigo 6º** - A Assembleia Geral terá as competências estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, e se realizará ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término da cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria, representada por qualquer um de seus membros, observadas as regras de convocação e instalação previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será presidida por qualquer um dos membros da Diretoria e, quando ausentes, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Terceiro** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata a ser assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Artigo 7º** - Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão comprovar essa qualidade, mediante exibição de documento de identificação hábil para tanto. **Parágrafo Único** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Artigo 8º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco (artigo 129 da Lei nº 6.404/1976). **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 9º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) Diretores, sem de-

signação especial, acionistas ou não, residentes na País, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A remuneração global da Diretoria (inclusive no que tange a benefícios de qualquer natureza, verbas de retroatividade, participação nos lucros etc.) será anualmente fixada pela Assembleia Geral, ficando autorizadas - desde já -, retiradas mensais a título de "pro labore". **Parágrafo Terceiro** - O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Artigo 10** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão, de forma isolada, realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos interesses sociais e dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, podendo - por exemplo - representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros em geral, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, clientes, fornecedores, instituições financeiras etc., assinando todos os documentos, contratos e papéis necessários à realização do objeto social (inclusive contratos de câmbio), emitindo e endossando cheques, ordens de pagamento, acetes, notas promissórias, reconhecimento de dívidas e outros títulos de crédito ou documentos de dívidas, podendo ainda abrir, operar e encerrar contas bancárias em nome da Companhia, assinando todos os documentos bancários necessários ao desempenho desta função, incluindo a tomada de empréstimos e financiamentos de qualquer modalidade, podendo admeas adquirir ou alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível da Companhia etc., sempre observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Único** - Os atos de qualquer Diretor ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social, bem como a prestação de garantias ou contra garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias, são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, salvo se especificamente autorizados pelo maior ou absoluta dos acionistas em Assembleia Geral. Também competirá à Assembleia Geral autorizar a realização dos seguintes atos pela Companhia: a) Celebração, alteração ou término de quaisquer transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse, individualmente (considerando o prazo de duração do contrato ou, se indeterminado, um intervalo de 1 (um) ano), o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); b) Aquisições, por qualquer forma, de ativos tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse, individualmente, o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); c) Alienações por qualquer forma, de ativos tangíveis ou intangíveis, cujo valor contábil ultrapasse, individualmente, o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); d) Celebração, alteração ou término de qualquer tipo de negócio envolvendo direitos reais ou pessoais sobre bens móveis (inclusive aluguéis), ou operações de arrendamento mercantil (leasing), em ambos os casos cujo valor individual (considerando o prazo de duração do contrato ou, se indeterminado, um intervalo de 1 (um) ano) ultrapasse o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e) Fica-se decorrente de contratos previamente celebrados em observância ao disposto neste Estatuto, quaisquer pagamentos, transferências, ordens de depósito, ordens de transferência bancária cujo valor, individualmente, ultrapasse o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); f) Contratação ou demissão de empregados, colaboradores, prestadores de serviços, cuja remuneração total (computando-se salário, benefícios e outros direitos a qualquer título) ultrapasse o equivalente em moeda corrente nacional a R\$100.000,00 (cem mil reais) por ano; e g) Contratação de empréstimos e financiamentos cujo valor individual ultrapasse o equivalente em moeda corrente nacional a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). **Artigo 11** - Os Diretores poderão, de forma conjunta, outorgar procurações em nome da Companhia, que, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo Único** - As procurações outorgadas para fins judiciais e para fins de defesa dos direitos da Companhia em procedimentos administrativos poderão ser conferidas por prazo indeterminado. **Artigo 12** - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria - restando, pois, apenas um Diretor -, a Assembleia Geral deverá, necessariamente, reunir-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após tal evento para escolher o segundo Diretor. Para os fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago ao ocorrer a destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 13** - A Companhia terá um Conselho Fiscal com as atribuições previstas em lei, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, que assumirão seus cargos mediante termo de posse lavrado no livro próprio. **Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e será instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Lucros e Dividendos. Artigo 14** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por decisão da Diretoria, mandar levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos intermediários. **Artigo 15** - O lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação: (a) A parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado e calculado na forma da lei, será distribuída aos acionistas com dividendo anual mínimo obrigatório; poderá ainda ser imputado ao valor dos dividendos - sem prejuízo do disposto no artigo 202, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/1976 - o valor dos juros pagos ou creditados, individualmente, aos acionistas a título de remuneração do capital próprio; e (c) O saldo remanescente do lucro líquido do exercício poderá, por proposta da Diretoria, ser total ou parcialmente atribuído como: (i) Dividendo suplementar aos acionistas; (ii) Constituição de reservas permitidas por lei; e/ou (iii) Saldo que se transfere para o exercício seguinte como retenção de lucros, quando devidamente justificado pela Diretoria, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Do resultado do exercício serão deduzidos - antes de qualquer participação -, eventuais prejuízos acumulados, participações atribuídas a empregados ou Diretores e a provisão para o Imposto de Renda. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral pode - desde que não haja oposição de qualquer acionista presente - deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, ou a retenção de todo o lucro líquido. **Parágrafo Terceiro** - Não será obrigatória a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar a Assembleia Geral de a efetivação de tal pagamento incompatível com a situação financeira da Companhia. **Capítulo VII - Dos Acordos de Acionistas. Artigo 16** - A Companhia observará e fará cumprir os acordos de acionistas arquivados em sua sede. **Artigo 17** - Fica expressamente previsto, desde já, que a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obriga a assegurar aos demais acionistas da Companhia preço igual (100%) ao valor pago por ação integrante do bloco de controle ("tag along"). A teor do disposto no artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976 (e demais dispositivos correlatos), entende-se como alienação de controle a transferência, de forma direta ou indireta, de ações integrantes do bloco de controle, de ações vinculadas a acordos de acionistas e de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação de controle acionário da Companhia. É certo ainda que o adquirente do controle acionário da Companhia poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na Companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação integrante do bloco de controle. Entretanto, caso o adquirente do controle acionário da Companhia não tenha interesse na permanência dos acionistas minoritários na Companhia, deverá ser assegurada a tais acionistas preço igual (100%) ao valor pago por ação integrante do bloco de controle ("drag along"). Em qualquer caso, fica assegurado que - no caso de qualquer acionista receber oferta de outros acionistas e/ou de terceiros para adquirir (de qualquer forma, direta ou indiretamente) as respectivas ações -, os demais acionistas terão direito de preferência (de qualquer forma, direta ou indiretamente) na aquisição de tais ações, observadas as condições oferecidas pelo ofertante ("razão first refusal"). **Capítulo VIII - Da Liquidação. Artigo 18** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo pelo qual deve ser processada, bem como nomear o liquidante e fixar os honorários correspondentes. **Capítulo IX - Foro. Artigo 19** - O Foro da Companhia desta cidade de São Paulo/SP será o competente para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006113-94.2021.8.26.0008 A MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Tatupet, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Maria MacCari Gonçalves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LEOMARCOS PEREIRA JESUS, RG 1161239316, CPF 05648910703,



Relatório da Administração - Exercício de 2024

ANS - nº 418072

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras
A Companhia errou o exercício de 2024 com um lucro líquido de R\$ 8,9 milhões, registrando um decréscimo de 40,8% em relação ao exercício anterior de 2023. Esse resultado é justificado pela decisão da Administração de suspender novas vendas, gerando um impacto direto no resultado operacional da Companhia. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 156,9 milhões, enquanto as aplicações financeiras atingiram R\$ 160,6 milhões e as provisões técnicas R\$ 4,5 milhões.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como política a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos
A CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 25 de fevereiro de 2025
A Administração

Balanco patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		59.314	46.558	PASSIVO CIRCULANTE		13.443	9.239
Disponível		5	48	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	1.659	442
Realizável		59.309	46.610	Provisões de prêmios		1.424	40
Aplicações financeiras	4	50.083	41.247	Provisão de prêmio não ganho - PPNG		20	40
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	16.164	Provisão de insuficiência de prêmios		1.404	-
Aplicações livres		50.083	25.083	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores		20	102
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		204	33	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		225	300
Prêmios a receber	5	181	33	Débitos de operações de assistência à saúde		5	5
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		23	-	Comercialização sobre operações		5	5
Créditos tributários e previdenciários	6	7.428	6.983	Tributos e encargos sociais a recolher		1.576	1.176
Bens e títulos a receber		1.594	347	Débitos diversos	9	10.193	7.616
ATIVO NÃO CIRCULANTE		116.157	122.914	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.078	6.561
Realizável a longo prazo		116.149	122.849	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	2.868	3.228
Aplicações financeiras	4	110.514	120.662	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		2.210	3.323
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		6.665	-	Provisões		6	588
Aplicações livres		103.849	120.662	Provisões para tributos diferidos	6	2.210	2.745
Créditos tributários e previdenciários	6	4.841	242	Provisões para ações judiciais	10	2.210	2.745
Depósitos judiciais e fiscais	11	794	1.945	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	156.950	155.772
Imobilizado		8	65	Capital social		192.000	192.000
Imobilizado de uso próprio		5	61	Ajustes de avaliação patrimonial		(6.897)	786
Imobilizado - não hospitalares		3	4	Prejuízos acumulados		(28.153)	(37.014)
Outras imobilizações		3	4	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		175.471	171.572
TOTAL DO ATIVO		175.471	171.572				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	192.000	109	(51.938)	140.171
Ajustes de avaliação patrimonial	-	677	-	677
Lucro líquido do exercício	-	-	14.924	14.924
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.000	786	(37.014)	155.772
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(7.683)	-	(7.683)
Lucro líquido do exercício	-	-	8.861	8.861
Saldos em 31 de dezembro de 2024	192.000	(6.897)	(28.153)	156.950

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para os beneficiários que permanecem ativos na carteira.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.13.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Disponível
A Companhia considera como disponíveis os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Instrumentos financeiros
2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - Financial Instruments em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021.

Em conformidade com as normas, a Companhia adotou um modelo de negócio específico para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Esta abordagem direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48/IFRS 9, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito, a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como Valor justo por meio do resultado e ativo a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, cujo detalhamento pode ser observado no item 4 - Instrumentos Financeiros.

2.4.2. Mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Classificação de contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos de seguros emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, sendo definido risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado, na ocorrência de um acontecimento específico que possa afetá-lo de forma adversa.

2.6. Impairment
2.6.1. Impairment de instrumentos financeiros
a. Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:
• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected credit losses) para os ativos financeiros da companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, ou seja, a Companhia avaliou que não há

risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

2.6.2. Prêmios a receber
A Companhia constituiu provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.

• Para os planos individuais com preço pré-estabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6.3. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.7. Imobilizado
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são:
i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii) equipamentos de informática - 20%, e benfeitoria em imóveis de terceiros - 20% a.a..

2.8. Provisões técnicas
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada a partir da média da PEONA observada em períodos já desenvolvidos, com observações de 9 meses.

A Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 574/2023 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmio (PIP) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações. A PIP é constituída para comportar as despesas futuras que, por estimativa, devem superar a receita futura dos contratos ativos, baseado na experiência dos últimos 12 ou 24 meses, o que for menor.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certa a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. Os passivos contingentes classificados com o risco possível de perda não são contabilizados, porém apenas divulgados em notas explicativas, exceto os passivos contingentes civis relacionados a sinistros que são provisionados conforme política da Companhia.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação e/ou decisão judicial.

2.10. Apuração do resultado
As receitas relativas aos prêmios de seguros são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco, de acordo com a vigência de cada contrato.

As despesas com sinistros são reconhecidas por ocasião da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado), ganhos na alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução do valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

2.12. Mudança nas principais políticas contábeis
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Resumo das Políticas Contábeis Materiais (2024: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.13. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre ajustes materiais, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um impacto material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;
Notas 2.4 e 4 - Instrumentos financeiros; e
Notas 2.8 e 10 - Depósitos judiciais, provisões para ações judiciais.

3. Gestão de Riscos
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. A Diretoria de Riscos foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos são:
• Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
• Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco da Companhia;

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		(826)	6.774
Receitas com operações de assistência à saúde		(826)	6.774
Prêmios retidos	14.a	578	577
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.404)	6.197
Sinistros retidos		(469)	3.808
Sinistros avisados	14.b	(544)	3.096
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	14.c	75	712
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(1.295)	10.582
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	14.d	28	336
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(24)	(38)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	14.d	(808)	(3.695)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(1.005)	(3.761)
Provisão para perdas sobre créditos		197	66
RESULTADO BRUTO		(2.099)	7.185
Despesas de comercialização		(9)	(59)
Despesas administrativas	14.e	(3.940)	(5.205)
Resultado financeiro líquido	14.f	18.322	19.929
Receitas financeiras		18.561	19.945
Despesas financeiras		(239)	(16)
Resultado Patrimonial		(20)	-
Despesas Patrimoniais		(20)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		12.554	21.850
Imposto de renda	17	(1.789)	(4.094)
Contribuição social	17	(1.090)	(2.474)
Participações sobre o lucro		(514)	(358)
RESULTADO LÍQUIDO		8.861	14.924
Quantidade de ações		1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		7,76	13,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.861	14.924
Outros lucros abrangentes	(7.683)	677
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(12.871)	1.193
Efeito tributário dos ajustes de avaliação patrimonial	5.187	(516)
Total dos lucros abrangentes para o exercício	1.178	15.601
Quantidade de ações	1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	1,03	13,66

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2024	31/12/2023
Recebimento de planos saúde	1.040	629
Resgate de aplicações financeiras	23.891	132.891
Outros recebimentos operacionais	511	6.868
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(2.092)	(1.546)
Pagamento de comissões	(6)	(15)
Pagamento de pessoal	(738)	(1.360)
Pagamento de serviços terceiros	(608)	(968)
Pagamento de tributos	(3.009)	(7.027)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	(28)
Pagamento de aluguel	-	(91)
Aplicações financeiras	(17.385)	(126.124)
Outros pagamentos operacionais	(1.466)	(3.187)
Caixa líquido nas atividades operacionais	(1.991)	42
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Outros recebimentos das atividades de investimento	307	(1)
Caixa líquido das atividades de investimentos	307	(1)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Outros recebimentos da atividade de financiamento	36	-
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(195)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(159)	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	(452)	41
Caixa - saldo inicial	48	7
Caixa - saldo final	5	48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

• Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes à Solvência II, ORSA e IFRS;
• Elaborar o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
No que tange a regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês de Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões alinhadas à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:
(i) O fortalecimento da gestão de riscos, especialmente Compliance e auditoria interna;
(ii) Aproveitamento pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à Segurança da Informação e Segurança Cibernética, a prevenção à fraude, entre

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

*continuação

(i) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações de assistência à saúde e provisões técnicas de assistência à saúde. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

3.4. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2024			31/12/2023		
	BB	Sem rating	Total	BB	Sem rating	Total
Valor justo por meio do resultado	–	34.357	34.357	–	19.809	19.809
Fundos de investimentos	–	34.357	34.357	–	19.809	19.809
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	126.240	–	126.240	142.100	–	142.100
Letras do tesouro nacional	110.514	–	110.514	21.438	–	21.438
Notas do tesouro nacional	15.726	–	15.726	120.662	–	120.662
Créditos das operações com planos de assistência de saúde	–	204	204	–	33	33
Títulos a receber	–	1.594	1.594	–	347	347
Exposição máxima	126.240	36.155	162.395	142.100	20.189	162.289

3.5. Risco de mercado

3.5.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

3.5.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA ($\lambda = 0,94$).

O *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.379 (31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135).

4. Instrumentos financeiros

4.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2024		31/12/2023							
	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem vencimento	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de mercado	% mercado	% mercado
Valor justo por meio do resultado										
Quotas de fundos de Investimentos	1	–	–	34.357	–	34.357	34.357	34.357	100%	19.809 100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes										
Nota do Tesouro Nacional	1	15.726	–	–	–	15.726	15.725	(1)	15.726 12%	120.662 50%
Letras do Tesouro Nacional	1	–	110.514	–	–	122.009	110.513	(11.495)	110.514 88%	21.438 50%
Total		15.726	110.514	34.357	137.735	160.595	22.861	160.597	100%	161.909 100%

Saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

4.2. Movimentação das aplicações

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste e valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	19.809	45.933 (34.931)	–	–	3.546	34.357
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	142.100	113.333 (130.892)	–	(12.871)	14.570	126.240
Saldo	161.909	159.266	(165.823)	(12.871)	18.116	160.597
	31/12/2022	Aplicações	Resgates	Ajuste e valor justo	Rendimentos	31/12/2023
Valor justo por meio do resultado	42.561	20.173 (47.349)	–	–	4.423	19.808
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	105.937	275.726 (255.316)	–	1.193	14.561	142.101
Saldo	148.498	295.899	(302.665)	1.193	18.984	161.909

5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde

5.1. Prêmio a receber

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmio a receber	PDD	Total	Prêmio a receber	PDD	Total
Saúde empresarial	599	(446)	153	671	(641)	30
Saúde coletivo por adesão	28	(3)	25	6	(3)	3
Total	627	(449)	178	677	(644)	33

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	33	15
Prêmios emitidos	817	682
IOF	(9)	14
Prêmios cancelados	(237)	(102)
Recebimentos	(621)	(642)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	198	66
Saldo final	181	33

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	19	15
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	19	1
De 31 a 60 dias	19	17
De 61 a 90 dias	115	–
Superior a 90 dias	457	644
Total	627	677

6. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

A composição dos créditos tributários está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Constituições (realizações)	IR/CS	Outros tributos	Constituições (realizações)	IR/CS	Outros tributos
A compensar	12.269	(5.517)	231	6.983	235	210
Total ativo circulante	12.269	(5.517)	231	6.983	235	210
A compensar	–	242	–	242	–	242
Ajuste de títulos a valor justo TVM	–	–	–	4.599	–	4.599
Total do ativo não circulante	–	242	–	4.599	–	4.841
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(73)	(452)	(64)	(588)	524	64
Total do passivo diferido	(73)	(452)	(64)	(588)	524	64

7. Créditos fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.28 da Resolução Normativa 528/22 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Adições temporárias	4.115	4.298
Prejuízo fiscal	52.632	53.878
Total	56.747	58.176

8. Provisões técnicas

A Companhia opera com os produtos Saúde Empresarial e coletivo por adesão, a seguir apresentamos as provisões técnicas:

	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão para eventos ocorridos e não avisados	Provisão insuficiência de prêmios	Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha	Total
31/12/2024	2.887	226	1.404	20	4.537
31/12/2023	3.330	300	–	40	3.670

8.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas pode ser resumida como segue:

	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão para eventos ocorridos e não avisados	Provisão insuficiência de prêmios	Provisão de prêmio não ganhos	Total
Saldo em 01/01/2023	7.127	1.012	6.197	38	14.374
Constituições/Aviões	7.926	500	–	(679)	7.747
Pagamento de sinistros	(1.546)	–	–	–	(1.546)
Ajuste de estimativa de sinistros	(6.513)	–	–	–	(6.513)
Reversões	(3.664)	(1.212)	(6.197)	681	(10.392)
Saldo em 01/01/2024	3.330	300	–	40	3.670
Constituições/Aviões	1.451	3.050	6.577	779	11.857
Pagamento de sinistros/benefícios	(987)	–	–	–	(987)
Ajuste de estimativa de sinistros	(18)	–	–	–	(18)
Reversões	(888)	(3.125)	(5.173)	(799)	(9.985)
Saldo em 31/12/2024	2.888	225	1.404	20	4.537

9. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com pessoal a pagar	812	886
Depósito de terceiros	1.389	1.035
Ressarcimento de custos a pagar (i)	2.424	–
Provisão para indenizações (ii)	5.339	5.393
Outras contas a pagar	229	302
Total	10.193	7.616

(i) Valor a pagar a Caixa Seguradora relativo ao compartilhamento de custos;

(ii) Valor provisionado para pagamento de acordos e indenizações.

10. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

10.1. Composição

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contingências cíveis	794	1.933	135	271
Contingências trabalhista	–	12	–	–
Outras obrigações	–	–	2.075	2.474
Totais	794	1.945	2.210	2.745

As posições judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas à Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; Restituição de valores depositados com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

O saldo de outras obrigações se refere, substancialmente, a provisões judiciais administrativas, conforme descrito na nota 15.

10.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2024				Total
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	
Contingências cível	32	103	38	135	276
Contingências trabalhista	2	24	25	–	49
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
Total	34	127	63	2.210	2.400
	31/12/2023				Total
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	
Contingências cível	45	92	60	271	423
Contingências trabalhista	2	22	22	–	44
Outras obrigações	–	–	–	425	425
Total	47	114	82	696	892

10.3. Movimentação

A movimentação das provisões judiciais pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2023	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações	Saldo 31/12/2024
Contingências cíveis	271	579	(157)	(576)	18	135
Outras obrigações	2.474	–	(399)	–	–	2.075
Total	2.745	579	(556)	(576)	18	2.210
	Saldo 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Baixas	Saldo 31/12/2023	
Contingências cível	240	124	(27)	(66)	271	
Contingências trabalhista	3	–	–	(2)	(1)	–
Outras obrigações	425	2.049	–	–	2.474	
Total	668	2.173	(29)	(67)	2.745	

11. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 192.000, e está representado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

12. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

Em atendimento à Resolução Normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição do PLA e do capital regulatório:

	31/12/2024	31/12/2023
a) Patrimônio líquido ajustado	156.950	155.772
Patrimônio líquido contábil	156.949	155.773
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	156.949	155.773
b) Capital baseado em Risco	11.702	11.227
Capital base	–	–
Capital de riscos (subscrição, crédito, mercado e operacional)	11.702	11.227
Capital de risco de crédito	3.098	1.795
Capital de risco de subscrição	65	74
Capital de risco de mercado	20.734	22.322
Capital de risco de operação	712	576
Benefício da correlação	(2.160)	(1.333)
Capital baseado em risco	22.449	23.434
c) Suficiência de capital (c = a-b)	134.500	132.339
d) % Suficiência de capital (d = c/b)	599%	565%
e) Suficiência de solvência	699%	665%

12.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Congresso promete ao STF identificar todos os padrinhos de emendas

As mesas diretoras da Câmara e do Senado enviaram ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), um documento em que se comprometem a identificar todos os parlamentares responsáveis por indicar a destinação de emendas ao Orçamento da União, bem como os beneficiários dos repasses.

Ambas as casas legislativas prometeram que, do exercício financeiro de 2025 em diante não será mais possível empenhar emendas sem a identificação de padrinho e beneficiário final, principal problema apontado pelo Supremo na execução de emendas orçamentárias.

A falta de transparência na liberação de emendas levou a um impasse com o Supremo, que impôs critérios mais rígidos para que os repasses pudessem

ser feitos. Diante do impasse, a Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA) ainda não foi aprovada pelo Congresso.

O plano conjunto foi apresentado a Dino, relator do tema no Supremo, na véspera de uma audiência de conciliação convocada pelo ministro para avaliar a execução das medidas de controle e transparência determinadas por ele, e pelo plenário da Corte, desde 2022.

O Plano de Trabalho Conjunto foi enviado ao Supremo após acordo com o governo federal. A Advocacia-Geral da União (AGU) também informou ao ministro Flávio Dino sobre medidas para aprimorar a transparência em sistemas mantidos pela União para divulgar a execução do Orçamento, com a inclusão do nome dos parlamentares responsáveis por cada

emenda liberada.

Segundo a AGU, o plano conjunto tem como objetivo "aprimorar a interface entre os sistemas dos poderes Executivo e Legislativo na execução das emendas, aprimorando o trâmite administrativo e facilitando o controle social e o acesso público às informações".

O governo federal também prometeu empenho na fiscalização da execução orçamentária.

Mudança de regra

O plano aborda, em especial, as emendas individuais de transferência, as chamadas emendas Pix - identificadas nos sistemas orçamentários pela sigla RP6 -, de bancada estadual (RP7), de comissão (RP8) e as emendas de relator, que deram origem à expressão "orçamento secreto" (RP9).

As duas Casas prometeram aprovar uma mudança na resolução que disciplina a proposição de emendas parlamentares, de modo a adequar as regras e cumprir a determinação do Supremo de identificar cada congressista responsável por indicar emendas, incluindo as de comissão e de bancada.

Segundo o plano, a indicação de cada emenda precisará obrigatoriamente ser acompanhada de ata de deliberação na respectiva comissão ou bancada partidária e estadual, bem como de planilhas indicando quem propôs cada destinação dos recursos e o beneficiário.

A medida visa impedir o chamado "rateio" de emendas em comissões, quando uma emenda genérica acaba sendo dividida entre diferentes destinos sem que seja identificado o parlamen-

tar que fez a indicação.

De acordo com as informações da Câmara e do Senado, as emendas apresentadas ao Orçamento de 2025 já foram feitas sob o novo modelo, mesmo antes da mudança na regra.

Restos a pagar

Em relação aos restos a pagar de 2024, cada comissão permanente do Congresso deverá novamente deliberar sobre cada empenho de emendas de comissão, ratificando ou não a destinação dos recursos, até o dia 31 de março.

O resultado das deliberações deverá ser divulgado em cinco dias pela Comissão Mista do Orçamento (CMO), informaram a Câmara e o Senado.

Os restos a pagar de 2023 e anos anteriores também devem ter seus padrinhos e beneficiá-

rios identificados, por meio de atualizações no Registro de Apoio às Emendas Parlamentares, sistema que deverá ser aprimorado em 30 dias, a partir da homologação do plano de trabalho pelo Supremo.

Em dezembro, o ministro Flávio Dino bloqueou, por exemplo, a execução de ao menos R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão que não teriam cumprido critérios de transparência para sua execução, por não permitirem identificar o político que indicou a emenda ou o beneficiário final da transferência de recursos.

O total destinado a emendas parlamentares no Orçamento de 2025 chega a R\$ 52 bilhões, uma alta em relação a 2024, quando a cifra foi de R\$ 49,2 bilhões. Há dez anos, em 2014, esse valor era de R\$ 6,1 bilhões. (Agência Brasil)

Dino aprova plano do Congresso e libera pagamento de emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou na quarta-feira (26) o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas ao Orçamento e os beneficiários dos repasses.

A decisão do ministro também libera o pagamento das emendas deste ano e dos anos anteriores que estavam suspensas por decisões da Corte.

O compromisso do Congresso foi enviado na terça-feira (25) ao ministro, que é relator dos processos que tratam das medidas de transparência determinadas pela Corte para o pagamento das emendas.

Plano de trabalho

Pelo plano de trabalho da Câmara e do Senado, a partir do exercício financeiro deste ano, não será mais possível empenhar emendas sem a identificação de

parlamentar que fez a indicação da emenda e da entidade que vai receber os recursos.

Conforme a decisão de Dino, não entram na liberação as emendas específicas para Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor que foram alvo de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU); recursos para a Saúde que não estão regularizados em contas bancárias específicas e emendas de bancada e emendas de

bancada e de comissão que não foram convalidadas em atas das respectivas comissões e que estejam sem identificação do parlamentar.

A liminar do ministro está valendo, mas vai precisar ser referendada pelo plenário da Corte. A data do julgamento ainda será definida.

O impasse sobre a liberação das emendas começou em dezembro de 2022, quando o STF entendeu que as emendas cha-

madas de RP8 e RP9 eram inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a decisão continuava em descumprimento.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assu-

miu a condução do caso.

Em agosto do ano passado, Dino determinou a suspensão das emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também determinou que a CGU auditasse os repasses dos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto.

No mês passado, Flávio Dino suspendeu emendas parlamentares para ONGs devido à falta de transparência. (Agência Brasil)

Pesquisa mostra otimismo de microempreendedores individuais com 2025

Metade dos microempreendedores individuais brasileiros espera que o cenário da economia brasileiro seja favorável a seus negócios neste ano de 2025, revela a Sondagem Econômica do MEI, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em meio a boatos, já desmentidos pelo Ministério da Fazenda, de aumento na alíquota de contribuição previdenciária, a

pesquisa indica que 50% estão otimistas com o desempenho de seus negócios neste ano, que deverá ser melhor que o de 2024.

No que se refere ao contexto geral do quadro econômico do país, o otimismo dos microempresários caiu um pouco na comparação com o ano passado: 40%.

As regiões que concentram o maior número de microempresários otimistas são o Norte e o Centro-Oeste do país, com 47,8% dos consultados. Em seguida,

vêm os nordestinos, com 44,9%. Já o Sudeste, com 37,6%, e o Sul, com 35,4%, são as regiões menos otimistas.

Por campo de atividade, os microempresários da área de comércio estão na ponta da pesquisa, com uma perspectiva positiva de 53,4% para este ano. A indústria registrou índice de 49,6%, e o setor de serviços ficou um pouco abaixo, com 48,7%.

Estão também no Norte e Centro-Oeste os MEIs mais es-

perançosos de bons resultados para seus próprios negócios: 56,9%. Depois vêm os microempresários do Nordeste (53,3%), do Sudeste (48,5) e do Sul (47,9%).

Otimismo de volta Segundo o presidente do Sebrae, Décio Lima, a pesquisa endossa a correção das iniciativas econômicas adotadas pelo governo federal.

"Os pequenos negócios re-

peraram em 2024 e o que mais abriu empresas, com mais de 4 milhões de novos empreendimentos. Esses empreendedores são aqueles que nunca desistem, que acordam de manhã e buscam criar oportunidades, gerando emprego e renda. Estamos devolvendo o otimismo ao brasileiro, que voltou a comprar, colocando a economia em movimento", disse Lima.

Ainda sobre a pesquisa do Sebrae e FGV, pouco mais de 15%

dos microempreendedores entrevistados acreditam que o resultado de 2025 será igual ao do ano passado e apenas 13,8% estão pessimistas.

De acordo com o Sebrae, o Brasil conta com aproximadamente 11 milhões de MEIs com registro ativo, dos quais, 90% estão em atividade. O modelo do MEI é a categoria mais popular hoje de formalização legal dos pequenos empreendedores brasileiros. (Agência Brasil)

Caixa fecha dezembro com saldo de R\$ 832,1 bi em crédito imobiliário

A Caixa encerrou o mês de dezembro de 2024 com saldo de R\$ 832,1 bilhões na carteira de crédito imobiliário. O valor atingido é 13,5% maior do que o patamar de dezembro de 2023, conforme salientado em balanço divulgado na quarta-feira (26), na capital paulista.

A análise de todo o ano de 2024 indica que as contratações de crédito imobiliário somaram R\$ 223,6 bilhões, total 20,6%

superior ao de 2023. A marca alcançada no ano passado é recorde. Ao todo, a Caixa financiou 803,4 mil imóveis, permitindo que 3,2 milhões de pessoas adquirissem a casa própria.

Outro resultado destacado pela Caixa foi o da poupança, indicador capaz de ampliar a percepção sobre aspectos como a forma com que os brasileiros estão lidando com o di-

nheiro e se têm conseguido economizar. Em dezembro de 2024, os depósitos na poupança aumentaram 7,5%, gerando saldo de R\$ 385,4 bilhões.

O balanço apresentado pela instituição revela que o total de crédito consignado naquele mês foi de R\$ 101,5 bilhões. Uma das discussões atuais é a oferta dessa opção a trabalhadores da iniciativa privada, já disponível para funcio-

nários públicos e aposentados.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, ressaltou que, a princípio, há 40 milhões de pessoas habilitadas para obter aprovação na linha e que a modalidade é importante também porque reduz custos de operação. "Estamos só aguardando a regulamentação", afirmou.

Fernandes comemorou o desempenho da instituição fi-

nanceira e fez colocações sobre a guinada digital do banco. Segundo ele, a fase, no momento, é de remanejamento de agências, algo que está sendo feito gradualmente, conforme demandas identificadas.

Ele disse que o plano é de apenas redistribuir unidades em locais com mais clientes e não perder de vista a vocação social do banco, que é ponte para atendimentos de benefici-

ários de programas do governo federal. Apenas em 2024, R\$ 404,1 bilhões foram pagos a pessoas neles cadastrados, sendo R\$ 163,3 bilhões somente do Bolsa Família e R\$ 5,6 bilhões a estudantes inscritos no Pé-de-Meia.

"Vamos até crescer um pouco", assegurou Fernandes, quando questionado sobre as perspectivas de expansão da Caixa em 2025. (Agência Brasil)

Empresas apostam no Paraná e anunciam expansão de investimentos

Três empresas que trabalham com alta tecnologia anunciaram expansão de suas operações no Paraná recentemente. A Neoortho, referência em soluções ortopédicas, vai construir uma nova fábrica em Curitiba; a Fluvimar, fabricante paranaense de barcos, lanchas e pontoons, vai aumentar a capacidade de produção em Cianorte, na região Noroeste; e a Vapza, empresa especializada na produção de alimentos embalados a vácuo e cozidos a vapor, anunciou um investimento de R\$ 10 milhões para 2025.

Os números ajudam a engrossar um montante que já chegou a R\$ 300 bilhões de investimentos

privados atraídos desde 2019. O resultado é a queda do desemprego, que chegou no menor patamar da história, aumento nas vagas de trabalho com alta remuneração e estímulo à economia regional.

A Neoortho vai investir aproximadamente R\$ 120 milhões e a atual unidade vai triplicar a capacidade produtiva, chegando a até 5 milhões de peças por ano. A nova unidade também contará com uma área exclusiva para a Neocustom, a divisão da Neoortho dedicada à fabricação de implantes personalizados em 3D e titânio. Em 2025 a empresa celebra 20 anos de atuação no mercado. A Neoortho integra a GT

Company, uma holding que investe em diversos setores.

A nova sede terá uma área total de 7.700 m², um salto significativo em relação à atual estrutura, que conta com 1.800 m² de fábrica e 400 m² de escritório. A integração entre fábrica e escritório será um diferencial, promovendo maior eficiência operacional e comunicação entre os colaboradores. A sustentabilidade está no centro do projeto. A unidade contará com painéis de energia solar e um sistema de reutilização de água.

Atualmente, a Neoortho conta com 199 colaboradores diretos e cerca de 1.000 indiretos. Com a

nova fábrica, haverá um aumento de aproximadamente 25% nas oportunidades de emprego direto, impulsionando ainda mais o setor e a economia local. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2026.

A Fluvimar anunciou que planeja aumentar sua capacidade produtiva em 25%, com a expansão de sua fábrica em Cianorte, consolidando sua posição como uma das principais empresas no mercado náutico brasileiro. A empresa cresceu 65% em 2024, impulsionado pelo aumento na demanda por embarcações de alto padrão no mercado nacional. Ela tem 150 colaboradores diretos.

A Fluvimar concentra sua atuação em regiões como São Paulo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas e Maranhão, onde os grandes rios e lagos criam condições ideais para a navegação. Outro exemplo é Porto Rico, no Paraná, que se destaca no setor náutico ao possuir uma das maiores frotas do Estado. Um dos destaques é na venda de pontoons, barco que tem ganhando cada vez mais mercado.

Já o investimento da Vapza será usado para máquinas, equipamentos, infraestrutura, P&D, indústria 4.0 e automatização de processos para melhoria de eficiência e produtividade. A marca

planeja expandir sua fábrica em Castro, nos Campos Gerais, por meio da construção de uma área industrial adicional de 800 metros quadrados para ampliar a capacidade de armazenagem e picking, em resposta ao crescimento no volume de vendas e na produção.

A ampliação também dobrará a capacidade produtiva das áreas de carnes e pratos prontos, além de preparar o lançamento de novos produtos no segmento de proteína animal, previstos para o segundo semestre do ano. Os recursos serão captados junto à FINER, uma agência pública que apoia a inovação em processos e produtos industriais. (AENPR)